

CAPULANAS E MACUTI – CAMADAS DE TECIDOS, FOLHAS E HISTÓRIAS

Helena Santos Assunção¹

Aiúba Ali Aiúba²

RESUMO: Este texto é um esforço conjunto por parte de uma antropóloga brasileira e um historiador moçambicano de pensar elementos da materialidade que constituem e caracterizam a Ilha de Moçambique. Abordaremos dois “objetos”, um na esfera da arquitetura, o *macuti*, e outro na esfera do vestuário, a *capulana*, apresentando sua relevância social e algumas das múltiplas formas de uso e significados que lhes são associados. Após esse exercício de comparação e aproximação, voltaremos nossa atenção a uma situação onde esses dois elementos revelam-se fundamentais: os ritos funerários.

PALAVRAS-CHAVE: *Macuti*. *Capulana*. Ilha de Moçambique. Materialidade.

Preâmbulo

Este texto é um esforço conjunto por parte de uma antropóloga brasileira e um historiador moçambicano de pensar elementos da materialidade que constituem e caracterizam a Ilha de Moçambique. Abordaremos dois “objetos”, um na esfera da arquitetura, o *macuti* (telhado de folha de palmeira), e outro na esfera do vestuário, a *capulana* (tecido estampado africano), apresentando sua relevância social e algumas das múltiplas formas de uso e significados que lhes são associados. Após esse exercício de comparação e aproximação, voltaremos nossa atenção a uma situação onde esses dois elementos revelam-se fundamentais: os ritos funerários.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. helena.s.assuncao@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutorando em História Social da Cultura. Universidade Lúrio, Moçambique. Professor na Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico e pesquisador do CEDIM (Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique). aiubaali@gmail.com.

O texto possui uma intenção e caráter mais etnográfico e descritivo do que de discussão teórica mais aprofundada. Por se tratar de um texto escrito a quatro mãos, no qual em alguns momentos a singularidade da experiência sobrepõe-se à possibilidade de um discurso conjunto, optamos por alternar entre a primeira pessoa no singular e no plural ao longo da escrita. Acreditamos que as especificidades do local de fala e perspectivas de cada um são relevantes para a construção e complementaridade das reflexões presentes no texto. Assim, quando o contexto se referir a *capulanas*, a voz em primeira pessoa singular é da autora, e quando se referir ao *macuti* é do autor. Os nomes utilizados são reais, pois as pessoas presentes no texto consentiram ou expressaram vontade que se mantivessem os nomes originais. As imagens são nossas (salvo quando especificada a autoria na legenda) e também tiveram permissão de uso. Quanto às convenções gráficas, optamos por deixar em itálico as palavras em *macua* ou expressões locais; para as palavras em árabe, optamos por utilizar as variantes locais, explicitando as formas literárias em notas de rodapé.

Introdução

Uma nova perspectiva de se pensar a História Social trouxe consigo questionamentos a essencialismos associados ao conceito de cultura que vigoravam na maneira como a Ciência Social era pensada e escrita, muitas vezes marcada por um caráter estático, homogêneo e com fortes influências coloniais, que culminava em uma hierarquização das culturas. Nesse contexto, nota-se uma avalanche de intelectuais que se preocupam em abordar o que Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008), na sua obra *A hidra de muitas cabeças*, consideram uma “história vista de baixo”, na qual, dialogando permanentemente com a Antropologia, valorizam os chamados “sujeitos subalternos” e enfatizam o dinamismo e fluidez da cultura.

Nesse sentido, também tentaremos aportar uma “visão de baixo” para introduzir os leitores e leitoras a essa ilha e às paisagens urbanas e dinâmicas humanas que se configuram ali. Seguindo a proposição de Michel de Certeau (2000), em *A Invenção do Cotidiano*, vamos olhar para este espaço a partir da perspectiva da cidade caminhada, vivida, em contraponto a uma “visão de cima”, na qual a cidade é planejada, desenhada, analisada.³

³ O autor, ao analisar as “práticas de espaço” pensa uma distinção entre a perspectiva de um “voyeur” e um “caminhante”- o que leva também a um deslocamento do conceito de “cidade” ou cidade-conceito, “instaurada pelo

A ilha caminhada

Ao atravessar a ponte que liga a Ilha de Moçambique ao resto do continente – uma ponte de 3,5km de mão única, com alguns pontos que permitem esperar outro veículo passar – podemos cruzar com algumas pessoas pescando com fio e anzol, carros levando turistas, ou *chapas*⁴ com moradores que vão até o Lumbo (continente) para fazer o *rancho*⁵. Também avistamos barcos à vela (*dhow*⁶) que indicam a aproximação a uma “estética árabe/asiática”⁷ e já começamos a sentir a proximidade com as águas do Índico, que isolariam a pequena ilha⁸ não fosse por essa mesma ponte que acabamos de atravessar.

A paisagem arquitetônica da Ilha oferece imagens dos encontros de homens e mulheres de distintas origens – africanos, árabes, indianos, portugueses – que tiveram lugar ali, bem como do efeito do tempo (de transformação e destruição) sobre as construções que os evidenciam. A divisão política e urbana entre “cidade de pedra e cal” e “cidade de *macuti*” também revela-nos memórias de uma segregação colonial – quando a primeira era o local dos brancos, e a segunda dos “indígenas”. As casas de *macuti* que compõem esta última são, basicamente, construções de pau-a-pique com cobertura vegetal de palha de coqueiro⁹. Essa divisão é hoje atualizada de outras formas, sendo a primeira parte

discurso utópico e urbanístico” para a análise das “práticas urbanas”, “que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (CERTEAU, 2000, p. 174-175).

⁴ *Chapas* são vãs que realizam o transporte coletivo em Moçambique. Como as *peruas* no Brasil, são kombis ou outros modelos, particulares que circulam com um motorista e um trocador e quantos passageiros couberem, sentados e em pé. Os *chapas* circulam nas cidades do país, mas também fazem viagens inter-municipais, como é o caso do trecho Nampula-Ilha de Moçambique (capital da província), que leva em torno de 2h30min. No caso do pequeno trecho que liga a Ilha ao continente, costumam ser caminhonetes com a traseira aberta, onde as pessoas se sentam ou ficam em pé. Em Maputo esse transporte é chamado de *mylove*.

⁵ “Fazer o rancho” é realizar a “compra de mês” para a casa, comprando alimentos básicos em grande quantidade, já que não é possível fazer dentro da Ilha.

⁶ *Dhow* (em árabe: دَوَّالْ *dāw*) é o nome genérico dado aos tradicionais veleiros utilizados na região do Mar Vermelho e do Oceano Índico que possuem um ou mais mastros com velas latinas. Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dhow>>. Acesso em: 22 maio 2018.

⁷ Para um ponto de vista “ocidental” sobre a estética “oriental”.

⁸ A área peninsular é de apenas 1 km², sendo 3 km de comprimento e 300m de largura. Ilha de Moçambique é um distrito administrativo que também compreende uma zona continental de maior extensão. No texto estamos nos referindo, especificamente, à área peninsular, que constitui a cidade de nome Ilha de Moçambique.

⁹ Segundo Hougaard e Kruse (1985, p.150): “[...] o modo de construção mais corrente é pau-a-pique, com cobertura de quatro águas assente em bambu. Os tetos são feitos em mangal ou bambu e rebocados. As paredes exteriores são rebocadas em argamassa de cal e caiadas com cal pigmentada. As vedações dos quintais são feitas geralmente em bambu.”

da cidade o local de hospedagem e passeio de turistas - os *whites*, ou *mucunhas*¹⁰ como são chamados pelos ilhéus – e a “cidade de macuti”, com os bairros Litine, Esteu, Santo Antônio, e Areal – onde reside a maior parte da população local, majoritariamente negra ou mestiça¹¹. Alguns desses bairros, como Litine e Esteu, encontram-se em uma área rebaixada da cidade, cujo solo foi utilizado para a construção da “cidade de pedra e cal”, oferecendo à vista um mar de telhados de *macuti*. Antes de descer as escadas que dão acesso ao bairro, é possível ter uma visão “de cima”, na qual vemos mangas, piri-piri (pimenta), peixe, mandioca, secando sobre os telhados de placas de zinco ou de *macuti*, e os labirínticos caminhos de areia que ligam as casas e quintais umas às outras. Muitas pessoas circulam e fazem atividades nesses espaços “fora da casa”, os quintais: local de cozinhar, comer, brincar, receber visitas, e até mesmo de dormir, quando está muito quente. Entrando nos bairros, praticamente só se ouve conversas em *emakhuwa*¹² (língua macua), e as pessoas se saudando com o característico “salamaleico” (*Saalam Aleikun*). O islamismo – religião professada por quase a totalidade dos ilhéus, e uma das mais perceptíveis heranças da influência árabe – também se deixa ver nas muitas mesquitas presentes na cidade, nas constantes orações e preparações (*Udus*) e nas vestimentas – sobretudo às sextas-feiras, quando os homens estão de *malea* (nome local da vestimenta islâmica). As mulheres, por sua vez, sempre envoltas pelas capulanas, lenço na cabeça, e *nsunki* ou *hijab*.

Capulanas são, em geral, tecidos industrializados de algodão estampados, de dimensões fixas (1m x 1,80m), provenientes da Índia, China, Tanzania, costa ocidental africana, ou produzidos localmente na cidade de Nampula. Esses tecidos são muito comuns em diversos países africanos, variando suas estampas e formas de uso, mas, basicamente, são utilizados para envolver o corpo da mulher da cintura até os pés, para amarrar bebê nas costas, cobrir a cabeça e carregar coisas. O *nsunki* é uma forma de cobrir a parte de cima do corpo com a capulana (como se fosse um xale). O *hijab* é um tecido já cortado no formato do rosto

¹⁰ *Mucunha* é o termo na língua local (macua) para designar os brancos.

¹¹ Existe também o “turismo doméstico”, de moçambicanos que visitam a Ilha, que podem tanto ficar na cidade de pedra e cal quanto na cidade de macuti. A divisão “racial” da Ilha apresenta algumas exceções, e não é tão forte quanto no período colonial, mas ainda pode ser percebida nos dias de hoje.

¹² Macua (*emakhuwa*) é a língua com mais falantes em Moçambique, sobretudo na região norte, nas províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia. É a língua que se ouve nas ruas, mercados, e estradas, no dia-a-dia. A língua oficial do país, usada nas repartições, bancos, escolas, administração é o português.

Moçambique é um país multi-étnico, cuja riqueza e complexidade cultural se manifesta nas mais de vinte línguas faladas no território. Neste ensaio, focamos nosso escopo de análise no grupo etno-linguístico macua da província de Nampula, e, mais especificamente, nas povoações do litoral da província, chamadas *macuas naharrás*.

para tapar a cabeça, pescoço, ombros, colo e braço. Atualmente, também vemos algumas mulheres de burca, mas são minoritárias.

Tendo em vista esta breve descrição do que seria uma paisagem da Ilha de Moçambique, vamos voltar nosso olhar especificamente para o macuti e a capulana, no intuito de mostrar como elementos da cultura material podem ser extremamente ricos para compreender as relações sociais e identitárias de um determinado local.

Camadas de tecidos, folhas e histórias

O macuti e a capulana formam não apenas camadas materiais – de tecidos e folhas – mas também camadas de histórias e memórias, pessoais e locais, que tentaremos explorar no texto. Embora os tecidos sejam muito mais “efêmeros” do que elementos materiais da arquitetura – tanto pelo tipo de material e de uso, quanto pela maior variabilidade dos padrões e das modas que se sucedem – o uso das capulanas tem um caráter de permanência e remonta à própria história da Ilha de Moçambique.

Segundo as mulheres da Ilha com quem tive oportunidade de conversar, algumas delas sendo indicadas justamente por serem mais idosas e conhecerem histórias ‘de antigamente’, a capulana teria vindo dos indianos ou dos árabes. Na verdade, parecia-me que não importava tanto a proveniência exata dos tecidos: as capulanas chegavam às mãos delas através das “lojas dos indianos”, e isso era o traço distintivo mais importante – comprar na loja – em relação aos “macuas do interior”¹³, que utilizavam tecidos fabricados a partir de cascas de árvores, chamados *nakotho*, como relatou D. Muhamjuma.¹⁴ Ao lhe indagar se na Ilha já haviam usado também esse tecido artesanal, ela respondeu-me, um pouco exasperada, “nós íamos usar *nakotho* por quê? Se tínhamos loja aqui?”. Em outra entrevista, com Sania (minha anfitriã) e sua tia, as duas discutiram sobre a provável origem das capulanas, começando pela suposição que tinham sido os árabes a trazê-las, ou os indianos – e descartando as duas, pois estes usavam vestimentas diferentes – chegaram, então, à conclusão que “é nossa naturalidade macua”.

¹³ Também chamados simplesmente “macuas” em certas ocasiões pelos habitantes do litoral, quando estão se colocando como “mais civilizados” que os do interior, que seriam “atrasados”.

¹⁴ D. Muhamjuma é uma senhora batuqueira (que participa de cerimônias tradicionais como os ritos de iniciação femininos e danças), portanto conhecedora da “cultura da Ilha”. Ela foi esposa do pai de Sania, minha anfitriã na Ilha, que participou da entrevista como tradutora.

A nosso ver, essas considerações estão conectadas ao contexto histórico e social da Ilha de Moçambique: entreposto comercial, primeira capital do país, e ponto de confluência de diversas culturas; gerando assim conexões e misturas, sendo a própria “cultura swahili” um exemplo forte disso¹⁵. Esse dentro-e-fora é constitutivo de qualquer formação cultural, mas particularmente presente nesse local, com uma valorização acentuada no que vem de fora como o “civilizado”.

Histórias de macuti – uma visão da ilha a partir das casas

As conexões também podem ser percebidas nas dimensões arquitetônicas - sendo as “casas de macuti” parte desses elementos “endêmicos” - e são um dos motivos pelos quais a Ilha de Moçambique foi reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade em 1991, tendo, para essa distinção, sido considerados dois critérios (IV e VI), sendo o primeiro mais relevante para nossa reflexão. O critério (IV) elucidada:

A cidade e as fortificações da Ilha de Moçambique são exemplos excepcionais da arquitetura e técnicas de construção, onde as tradições locais, a influência portuguesa e, até certo ponto, a influência árabe e indiana se amalgam. Alguns materiais usados e a persistência dos princípios decorativos ilustram uma etapa significativa na história humana. A tipologia da arquitetura tradicional do Macuti demonstra a coexistência de dois diferentes estilos arquitetônicos ao longo do tempo e no espaço (UNESCO, 1999).

A Ilha de Moçambique possui uma arquitetura bastante rica, que é exemplo excepcional de uma dicotomia urbana resultante da diversidade cultural e interação entre as pessoas de diferentes origens: bantu, swahili, árabe, persa, indiana, europeia, o que, sem dúvida, enaltece o caráter transnacional da pequena Ilha.

Com a presença europeia a partir do século XV, a construção da cidade manteve a sua estrutura anterior e os edifícios foram construídos em pedra coral,

¹⁵ A “cultura swahili”, também fruto dos cruzamentos do Índico na costa oriental africana, engloba uma série de grupos étnicos articulados pela língua *kiswahili* e pelo islamismo. No caso do grupo étno-linguístico macua, as populações da costa, chamadas *macua naharrá*, não falam o *kiswahili*, como as outras populações do litoral índico; no entanto, apresentam elementos culturais e religiosos comuns que permitem inseri-las no espectro da “cultura swahili”.

cal e madeira. A escassez de mão-de-obra portuguesa fez com que a construção dos edifícios fosse igualmente assegurada pelas comunidades africanas e pelas comunidades hindus viradas para as artes finas. Algumas coberturas eram em macuti, mas predominavam os terraços, denotando a influência de Diu (na Índia) e semelhanças com o Algarve (em Portugal), para aproveitar a água das chuvas que eram recolhidas em cisternas.

A parte norte, Cidade de Pedra e Cal, de raiz swahili, mas com fortes influências árabe e portuguesa, possui uma estrutura e um desenho do edificado relativamente homogêneo, e ali vive uma parte relativamente pequena da população da Ilha, estando uma parte dos edifícios em situação de abandono e/ou em ruínas, e outra em recuperação.

A parte sul, Cidade de Macuti, também de origem swahili e de construção tradicional local, possui um “valor de conjunto”, em que o evidente interesse de cada edifício dilui-se por corresponder a um mesmo modelo que se repete *ad infinitum* (CESO-CI, 2009)¹⁶.

Figura 1 – A esquerda, Cidade de Pedra e Cal; A direita, Cidade de Macuti.



Fonte: imagens cedidas por Cláudio Zunguene.

As razões para a sua “divisão” associam-se às formas como a ocupação portuguesa operou-se. Durante séculos, a presença portuguesa teve que coabitar com o “outro”, primeiro árabes e populações islamizadas, indianos e, por fim, os concorrentes europeus (franceses), já no século XVII. A economia da Ilha, baseada no comércio de ouro, marfim e âmbar, e, mais tarde, o tráfico de pessoas

¹⁶ CESO-CI Internacional, é uma empresa de consultoria que elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique em 2009.

(escravizados)¹⁷ (CAPELA; MEDEIROS, 1987) tornava-a atrativa e obrigava os seus ocupantes a estratégias de convivência e de defesa. A construção da cidade colonial é disso um reflexo. Retrata uma lógica defensiva, quer perante o exterior quer no espaço da própria ilha. Para Sousa (2009), essa tensão ficou bem patenteada no século XIX, em razão das ameaças de rebelião no continente, que fizeram com que se acerbassem as normas de controle.

Na Cidade de Pedra e Cal, um conjunto de posturas camarárias obrigava os seus moradores a uniformizar as suas habitações (cores, fachadas, condições higiénicas). Por outro lado, nenhum escravizado¹⁸ podia construir palhotas dentro da cidade, a não ser no terreno do seu senhor e sob o seu controle. Em contrapartida, os negros livres podiam construir palhotas noutras áreas, segundo as determinações das autoridades camarárias, ou seja, na cidade de Macuti. Aqui se procurava ordenar o espaço público; impedir uma excessiva proximidade entre as casas e uniformizar o seu aspecto exterior (altura, reboco das paredes etc.).

Na cidade de Macuti, foram-se instalando os escravizados e trabalhadores das pedreiras, do qual era extraída a pedra de coral aplicada na construção da cidade colonial. Escravizados vindos do continente tornaram-se criados e rendeiros e por isso ganharam o direito de permanecer na ilha e nela erguerem as suas tradicionais casas de macuti.

Após a independência de Moçambique, em 1975, foi decretada a nacionalização do parque imobiliário, dando direito aos cidadãos de ocuparem casas vagas. Na Ilha de Moçambique, o abandono de grande parte das casas de pedra pelos portugueses permitiu que as mesmas fossem ocupadas pelos habitantes da cidade de Macuti. Mas a sua ocupação nunca chegou a ser total, e a progressiva degradação dos edifícios acabou por ditar o seu segundo abandono.

Hoje, a distribuição da população mantém-se, estruturalmente, quase a mesma. A Cidade de Pedra e Cal, com um pouco mais de 400 construções, encontra-se em ruínas ou em recuperação essencialmente para fins turísticos e provisão de serviços sociais básicos oferecidos pelas autoridades governamentais (cartório, posto policial, escolas, centros de saúde, museus etc), assim como igrejas, restaurantes e lojas. Os novos habitantes são uma pequena burguesia ligada aos serviços, governo local e estrangeiros, pouco mais de 2000 habitantes. Os

¹⁷ Os escravizados eram recrutados nas regiões circunvizinhas da Ilha de Moçambique e eram comercializados nos pequenos portos da própria Ilha e Mossuril para exportação. Grande parte deles eram levados em navios para o Brasil, concretamente para o Rio de Janeiro e Bahia.

¹⁸ Alguns escravizados permaneciam na Ilha onde se dedicavam a trabalhos domésticos em casas de famílias que detinham sua posse.

últimos, na maioria europeus ou de origem europeia, associam-se, sobretudo, às atividades turísticas, isto é, alojamento, restauração e comércio.

A Cidade de Macuti é, pelo contrário, sobrepovoada. Em menos da metade da Ilha erguem-se cerca de 1200 construções, assombradas pelos mesmos problemas da era colonial, sobretudo a deficiência de planejamento e saneamento. A grande maioria dos cerca de 17000 habitantes da Ilha reside nessa área, em que as relações sociais dos seus habitantes são mais coesas, trabalhando no pequeno comércio informal e na pesca. Mesmo que a Ilha de Moçambique seja majoritariamente classificada como vivendo em estado de “pobreza” (CESO-CI, 2009), as atividades do “macuti” (pesca e comércio informal, nos bairros considerados “pobres”) são as que se afiguram como principais fontes econômicas da Ilha atualmente, para além do turismo.

Também é na cidade de Macuti onde a cultura imaterial – as tradições vivas representadas pelas manifestações culturais como o Tufo¹⁹, Maulide²⁰, entre outras são destacadas.

Atualmente, as cidades de Pedra e Cal e Macuti refletem não só uma mistura de saberes populares, como também um desenvolvimento urbano dentro de um *continuum* cultural, em que o desenho arquitetônico e as técnicas construtivas locais e exógenas foram ajustados ao contexto social e do meio ambiente local.

Embora com construções de pau-a-pique, em sua maioria cobertas com macuti, os bairros apresentam igualmente habitações em pedra e cal ou alvenaria. De fato, a cidade de Macuti já tem predominância de outras tipologias e o macuti, como material de construção, está em rápido desaparecimento devido a alguns fatores, nomeadamente:

¹⁹ Uma dança tradicional de origens árabes, ligada a religião muçulmana, que pode ser praticada em cerimónias, festas e datas específicas do calendário islâmico e incorporou-se no litoral oriental de Moçambique, majoritariamente na província nortenha de Nampula. É uma dança essencialmente feminina, na qual os homens apenas participam como instrumentistas. Todavia, há casos em que os grupos são compostos só por mulheres. Normalmente as mulheres reúnem-se para dançar Tufo trajando capulanas e blusas com cores vivas. Os seus rostos são cobertos por mussiro, uma espécie de creme facial usado pelas mulheres Macuas. Com um lenço enrolado na cabeça, e para dar o toque final no visual, elas abusam das joias, colares e pulseiras. Para mais informações sobre o Tufo, ver o artigo de Signe Arnfred (2011), “*Tudo dancing – Muslim women’s culture in northern Mozambique*”.

²⁰ É uma demonstração da fê apresentada só por homens que cantam e dançam, e com uma espécie de alfinete, navalhas, pregos grandes de aço ou ferro, espetos de ferro ou outros instrumentos afiados que se dá o nome de “tupachi”, que penetram no corpo, perfurando a carne e que tem como admiração do público esses dançarinos não sangram nem os corpos ficam com marcas das perfurações. Esta dança era antigamente muito praticada nos casamentos islâmicos, e atualmente é mais praticada na Ilha de Moçambique, Angoche e Pemba.

1. A eclosão de uma doença (vulgarmente conhecida por amarelecimento letal) que dizima as palmeiras/coqueiros de onde é extraído o macuti;
2. A crescente onda de substituição desse material por outros usados na cobertura das casas, considerados modernos (como é o caso das chapas de zinco).

Esse segundo aspecto me levou a refletir sobre as consequências da troca do teto de macuti por chapas de zinco para o modo de vida das pessoas. Essa é uma das questões que motivou as reflexões conjuntas que realizamos no decorrer do texto.

O macuti está inserido naquilo que os arquitetos consideram “arquitetura vernacular”, apropriada, por exemplo, ao clima, que é predominantemente tropical húmido na Ilha, fazendo com que a maior parte do ano seja caracterizada por altas temperaturas. Nessa situação, o macuti oferece melhor conforto térmico às famílias, tornando as casas mais frescas e saudáveis em relação às chapas de zinco que, nesses casos, transformam as casas em autênticos “fornos”. Os arquitetos que trabalham nessa área, portanto, consideram o teto de macuti como a melhor opção para os habitantes que não têm condições de construir casas de betão.²¹

Figura 2 – Construção de telhado macuti.



Fonte: Solje Sollien (2011, p.318)²².

²¹ Para mais informações sobre o macuti enquanto elemento de arquitetura, ver Sollien (2011).

²² A imagem foi disponibilizada ao autor através do pesquisador Jens Hougaard, arquiteto dinamarquês estabelecido na Ilha de Moçambique, mas também é utilizada no artigo de Solje Sollien.

O debate sobre o macuti esteve presente em alguns eventos promovidos pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Lúrio (UniLúrio), por meio do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique (CEDIM), nos quais tive oportunidade de participar, não como arquiteto, muito menos como planejador físico, mas como um historiador curioso. E foi movido por essa curiosidade que comecei a interessar-me em participar ativamente nesse debate. Tomei a iniciativa de conversar espontaneamente com as pessoas sobre o assunto, e tive várias respostas quando questionei-as sobre a origem do coqueiro, para depois chegar ao macuti. À semelhança do que acontece com a capulana, disseram-me que teria vindo “provavelmente” da Ásia, através dos indianos ou dos árabes, e, numa outra conversa, disseram-me que era mesmo uma planta local – afirmando que faz parte da “nossa cultura”.

Portanto, prevalece a dúvida sobre a origem dessa planta, mas o certo é que o seu plantio na Ilha e um pouco por todo país foi fomentado durante o período colonial. Para além de macuti, o coqueiro também produz madeira (usada sobretudo nas casas de macuti), coco (indispensável na gastronomia local), copra (polpa seca do coco), usada no fabrico de sabão e óleo (de cozinha ou mesmo para pele).²³

Nesse contexto, acredito que o macuti passaria a fazer parte da vida dos ilhéus pela facilidade de aquisição, e, principalmente, de sua composição, para que seja usado no teto das casas (arte que é de domínio de homens, mulheres e crianças). Importa referir que sua relevância social não se restringe apenas a “cobrir casas”, pois também é usado para construção dos quintais, produção de cestos (usados na pesca), e, mais importante ainda – associado à religião islâmica –, revela-se fundamental nos ritos funerários, que aprofundaremos mais adiante.

Histórias de capulanas – uma visão a partir das mulheres

Diferentemente do que ocorre com o macuti, que é um elemento comum nas zonas costeiras de Moçambique, as capulanas espalharam-se pelo país tor-

²³ Parece-nos que a questão sobre as origens da capulana ou do macuti são menos importantes do que as práticas atuais que os constituem como objetos socialmente relevantes. É mais interessante, portanto, se perguntar o que eles fazem.

nando-se atualmente um símbolo nacional da “mulher moçambicana” e, especificamente, da “mulher macua”. De acordo às mulheres da Ilha, são elas as primeiras a usarem as capulanas – o que é confirmado pela expressão que ouvi recorrentemente na cidade de Nampula, quando me aconselhavam ir até a Ilha de Moçambique porque lá “são as donas das capulanas”. O uso teria então se espalhado pelo território moçambicano, primeiro para o interior da província de Nampula, e depois em direção ao sul. D. Muhamjuma conta, orgulhosamente, que “nós é que ensinamos os do sul a usar a capulana. Nós saíamos daqui com nossas capulanas e íamos para Maputo, elas gostavam e começaram a comprar as capulanas”²⁴.

Embora se trate de uma vestimenta atualmente utilizada em todo território nacional – e tornando-se também um produto de “exportação”, usada pelos estilistas moçambicanos, procurada por turistas, fazendo, portanto, no sentido inverso, um movimento de dentro para fora –, a capulana, por suas múltiplas formas de amarrar, indica proveniências e status das mulheres, como um “sotaque” corporal.

As mulheres com quem conversei na Ilha criticam os usos “atuais” das capulanas (pelas meninas mais novas), assim como seus usos “no sul” ou “no interior”, sobretudo por usarem apenas uma capulana, de forma que se pode ver a roupa interior, ou por não saberem combinar a capulana e o lenço, por exemplo. Na Ilha existe toda uma etiqueta para o uso da capulana, que se faz em diversas camadas e combina vários elementos.

Além da “roupa interior” (que antigamente era feita de capulana), utiliza-se uma saia ou saiote, depois uma capulana amarrada com *nsaco* (espécie de cinto feito com uma capulana leve)²⁵. Essa capulana de baixo também é chamada de *sesseca* e costuma ser uma capulana de ficar em casa, menos conservada. Por cima dessas camadas é que viria a capulana principal, que deve acompanhar (da

²⁴ Essa frase também deve ser percebida levando em consideração as assimetrias, tanto históricas e atuais entre o norte e o sul do país – que perpassam por questões culturais, como a matrilinearidade no norte e patrilinidade no sul –, quanto políticas e econômicas, desde o tempo da colonização portuguesa e a transferência da capital do país para Lourenço Marques (atual Maputo) na região sul. Desde então o sul é considerado mais moderno e desenvolvido em relação ao norte.

²⁵ Para amarrar com *nsaco*, primeiro veste-se a capulana como um vestido, depois amarra-se uma capulana como se fosse um cinto na altura do umbigo e, em seguida, dobra-se a parte de cima deixando cair por cima do *nsaco*. O *nsaco* também é utilizado especialmente pelas mulheres que acabaram de ter filhos para que a barriga volte ao normal. A técnica de “amarrar a barriga” também é comum em outras partes do país, como discutido na monografia de Midalia Uamba (2013), “Vigiar outros corpos e contestar suas barrigas”.

mesma estampa) o *khimão* (blusa de manga comprida ornamentada, típica da Ilha, de influência indiana). Ou, no caso de estar com uma camisa comum, o *nsunki* deve ser usado para tapar a parte de cima do corpo. O lenço na cabeça também deve “acompanhar” a capulana e o *khimão*.

Para completar o figurino, também são adicionados adereços: pulseiras, brincos, anéis, colares e *maluatha* (tornozeleira), preferencialmente de prata ou de ouro, *owandja* (lápís de olho), *mulala* (raiz usada para deixar os lábios avermelhados, além de ser usada para higiene bucal), e *mussiro* ou *nsiro* (madeira usada para fazer uma pasta branca passada sobre o rosto com fins estéticos e cosméticos, o qual tornou-se também um símbolo da Ilha e da “mulher macua”). Essa minúcia com os detalhes estéticos, com a combinação e todas essas camadas, não são equivalentes em outras cidades, como Nampula e as demais no interior da província. A etiqueta com a capulana também perpassa os gestos e a forma de sentar, de andar, como por exemplo: não deixar a capulana cair ao andar, levantar a capulana principal e sentar-se sobre a *sesseca* (para não sujar a principal), não mostrar as pernas ao sentar-se etc.

Todos esses elementos são importantes para a constituição da *muthiana orera* (uma mulher bela) e também de uma mulher decente, respeitável, e até mesmo da própria construção do que é ser uma “mulher macua”. Pela maneira de se vestir e de se portar, uma mulher macua é diferente de “outras mulheres” (de outras etnias/países) e de uma “criança” (uma menina que ainda não passou pelos ritos de iniciação femininos). Desse modo, a identidade de gênero e étnica é, também, afinal de contas, performativa.²⁶

²⁶ Não iremos aprofundar essa questão, apesar de sua relevância, por não se tratar do objetivo principal do texto. Para maiores discussões sobre identidade de gênero ver Judith Butler (2003). Trata-se, aqui, de pontuar que o corpo biológico em seus aspectos de raça e sexo não são suficientes para compreender as identidades e sentidos sociais raciais, de gênero ou étnicas.

Figura 3 – D. Velela, vizinha de Sania, com o “traje completo” de capulana e khimão²⁷



Fonte: Foto de Helena Assunção.

No entanto, as capulanas não são apenas usadas como vestimenta, nas festas, batuques, e no dia-a-dia. Elas também servem para amarrar o bebê nas costas da mãe, envolver o bebê recém-nascido, carregar coisas, e quando estão muito *cansadas* (gastas, rasgadas) tornam-se pano para cozinha. Além disso, são utilizadas para envolver os mortos (o que será tratado no fim do texto). As capulanas também são guardadas e passadas de geração em geração: Nádia, uma amiga da Ilha, uma vez disse que “as capulanas são verdadeiros tesouros”. E, como tal, são guardadas em *malas* (baús de madeira), às vezes, a sete chaves. Uma das senhoras que entrevistei, por exemplo, disse que não podia me mostrar suas capulanas, pois havia enterrado as chaves da mala para que os netos não as roubassem. As capulanas são objetos extremamente valorizados, que implicam relações de dádiva e reciprocidade (sendo presentes por excelência na região), entre hóspedes e anfitriões, entre marido e esposa, e também como herança dentro da família. Além de dizer sobre relações no seio da família, as capulanas também são marcadas pelos acontecimentos locais, que podem ser recordados através do *nome* característico de cada capulana.

²⁷ As vizinhas de Sania, ao saberem que eu havia tirado fotos dela com suas capulanas, também quiseram que eu as fotografasse. Assim, colocaram suas melhores roupas e se arrumaram com todos os elementos citados acima – *mussiro*, *owandja*, colares, etc.

Várias capulanas têm nome, o qual pode ser atribuído pelo vendedor, mas, sobretudo, pelas compradoras, que o utilizam para se referenciar a uma ou outra. A maioria dos nomes descreve algum elemento da estampa: por exemplo, *nacorosso* (castanha), para as capulanas com desenhos indianos que se assemelham à castanha de caju, muito comum na região; *nassumburinha* (uma capulana estampada com sombrinhas); *nancole* (de coqueiro); *lágrima do Sporting* (uma capulana verde com pequenas gotas); entre outros. Ainda assim, há outras capulanas, nesse caso, *kissambis* – tecidos de fios tingidos com padrões geométricos coloridos –, que recebem nomes como “argamassa do banco”, pois os quadradinhos do desenho da capulana se assemelhavam aos do pavimento do Banco de Moçambique da Ilha; “Alberto Carlos”, pois o cantor de mesmo nome havia passado pela cidade logo antes de “sair” esse novo kissambi. Assim, essas capulanas também situam acontecimentos que fazem recordar histórias, lugares, paisagens, que as atrelam às próprias memórias da Ilha de Moçambique, sobretudo na experiência vivida pelas mulheres que a habitam.

As capulanas marcam, ao mesmo tempo, tanto uma historicidade do espaço, pontuada por acontecimentos pessoais ou públicos que acompanham a vida da comunidade que o habita, quanto uma história mais ampla e mais permanente – como “elemento” capulana, sem pensar em suas variações de estampa – que se relaciona com os cruzamentos culturais que ocorreram ali. De forma semelhante, o macuti como elemento arquitetônico e cultural, pode ser pensado como um “patrimônio” da Ilha e também está inserido na vida cotidiana, seja pela necessidade de trocar as folhas de macuti, que formam o telhado de tempos em tempos, e pelo “tempo de vida” desse material orgânico, seja pelo seu uso em rituais.

Os corpos que criam e fazem uso dessas capulanas e do macuti igualmente se deterioram e possuem um “tempo de vida” circunscrito e, quando este se encerra, no momento dos ritos fúnebres, esses dois elementos estarão novamente presentes, criando camadas e proteções para os corpos que serão enterrados.

Camadas de macuti e capulana – encerrando ciclos de histórias

Os ritos funerários aqui tratados, valendo para a maioria dos rituais na costa norte de Moçambique, e especificamente na Ilha, dão-se dentro do contexto da religião islâmica. A morte no Islam, assim como em outros contextos, é pensada não como uma aniquilação total da existência, mas como passagem de uma vida para outra.

O corpo deve ser preparado para realizar a passagem e integrar o novo ciclo que se inicia após a morte terrena. Por isso, ele deve ser lavado, desobstruído e purificado. O processo de preparação e lavagem do corpo para o funeral requer vários conhecimentos, e costuma ser feito por pessoas mais experientes; no entanto, é uma tarefa que todo muçulmano deveria saber executar para poder enterrar seus familiares. A concepção de especialistas e profissionais funerários, que cobram por esse serviço, é rejeitada nesse contexto²⁸. Esses conhecimentos são ensinados na *madrassa* (escola corânica), mas, além disso, para participar de qualquer parte do rito funeral, é necessário que a pessoa tenha passado pelos ritos de iniciação locais²⁹.

O processo de lavagem é feito por mulheres, quando se trata de um corpo feminino, e por homens no caso contrário. Mas o enterro – o transporte do corpo até o cemitério e o processo em si de sepultamento – é feito por homens³⁰. Nas várias etapas que envolvem o funeral de uma pessoa, as capulanas e o macuti desempenham funções importantes. Nos processos rituais as capulanas mais usadas são os *mucumis*: feitos de duas ou três capulanas costuradas criando um tecido de grandes dimensões. Para fazer mucumi, na Ilha de Moçambique, é mais comum que se utilize os *kissambis* (capulanas de fios tingidos, formando padrões geométricos coloridos).

²⁸ Como se lê em um trecho de um clássico da literatura islâmica sobre a morte, *A Demolidora dos Prazeres*: “Lamentavelmente, hoje alguns muçulmanos esquivam-se da lavagem do Mayit dos seus familiares, porque têm medo da morte, diz-se que quando morre algum parente seu, procuram alguém para executar essa tarefa, havendo mesmo aqueles que retribuem monetariamente pelo serviço prestado. Às vezes recorrem a pessoas não habilitadas para o efeito, e que nem sequer conhecem os preceitos da lavagem [...] é lamentável a nossa situação, se depois da nossa morte tivermos de ser entregues a tais pessoas, pelos nossos filhos, irmãos ou amigos. E a continuar neste rumo, qualquer dia será necessário o estabelecimento de agências funerárias tal como é a prática dos não muçulmanos [...]. Lavar o Mayit é uma das obrigações dos muçulmanos.” (MOHAMAD, 1993, p.70-71).

²⁹ Os ritos de iniciação no contexto macua marcam a passagem da infância para a idade adulta, e são momentos de aprendizagem sobre modos de ser e conviver naquelas sociedades. As idades, duração e forma dos ritos variam muito ao longo do território, mas a diferença entre a costa e o interior é bastante acentuada. Nas regiões costeiras, os meninos ficam em reclusão por um período maior, são circuncidados e recebem ensinamentos sobre respeito aos mais velhos, como tratar a esposa, como enterrar o morto etc. As meninas passam por uma primeira fase dos ritos quando menstruam, recebendo ensinamentos relativos aos tabus da menstruação, higiene, além dos conselhos sobre respeito, bom comportamento etc; e uma fase posterior, logo antes de se casarem, quando são ensinadas acerca da sexualidade, como se deve tratar o marido etc. Muitas vezes os ritos de iniciação tomam formas islamizadas, participando também líderes religiosos (*xehes*, *halifas*) das cerimônias, para além dos conselheiros/as. Os ritos são chamados localmente de *batuques* e envolvem música-dança-cantos em todo o processo de ensinamento.

³⁰ Traremos, portanto, a própria vivência do autor para descrição do transporte e enterro, tendo em vista que as mulheres entrevistadas pela autora não podiam descrevê-la.

Os mucumis são usados primeiramente durante o processo de lavagem do corpo. Tratando-se de preservar o corpo e sua imagem, este nunca fica exposto, como explica Sania³¹: “*o cadáver quando estiver no banho não pode ser lavado assim à vista com toda gente (...) para evitar que as pessoas falem mal daquela pessoa, porque existem aquelas pessoas que quando nós chamamos os nosso familiares começam a inventar histórias, depois a sair fora dizer que ‘ah estava cheio de feridas’ ‘epa, morreu de qualquer maneira’, ‘o corpo estava todo manchado’, então para evitarmos aquilo, tapamos o cadáver, depois começamos a lhe lavar.*”

Ela explica que são utilizados três mucumis para realizar esta lavagem: o corpo é enrolado no primeiro mucumi e lava-se por cima do tecido, para que outros não vejam, mas também para não haver contato direto entre o cadáver e as pessoas que realizam a limpeza. O xehe³² Jirán Hamisse Mustafa (mesquita de Nampaco em Nampula) também aponta que se deve usar luvas durante essa limpeza, e não tocar nas áreas íntimas, para prevenir doenças, pois o falecido pode ter contraído cólera, ou outras doenças transmissíveis.³³ Durante a limpeza do cadáver, procede-se também uma limpeza abdominal, na qual retira-se todas as excreções, e tapa-se os ouvidos e o nariz com algodão.

Sania continua: “*Depois do banho tiramos aquele primeiro mucumi, guardamos, e colocamos o segundo mucumi. O [segundo] mucumi também limpo, colocamos aí e passamos com uma água mais limpa, mais pura, água sagrada, abençoada, passamos também por cima daquele mucumi a partir da cabeça até embaixo. Daí tira-se aquele segundo, guarda-se. Depois de se guardar, leva o terceiro mucumi, já cobre o cadáver, daí deixam para quando chegar a hora do cadáver já virem lhe vestir. As pessoas também não podem lhe vestir assim, abertamente, ela deve estar lá dentro do mucumi e ser vestida lá mesmo, com um familiar, aí tira-se o mucumi depois de ele vestir, para as pessoas se despedirem dele. Aí já são três mucumis. O primeiro do primeiro banho, o segundo do segundo banho e o por último a coberta após o banho.*”

Vestir o cadáver não é colocar sua roupa favorita, ou uma roupa elegante, como se costuma fazer nos rituais católicos. O xehe Mustafa acentua essa diferença com relação aos funerais cristãos, pois a passagem não tem que ser acompanhada de seus apegos terrenos, como roupas, tranças (podem ser mechas

³¹ Entrevista com XX realizada dia 25/04/2017.

³² Xehe, chehe, xeque ou xeique (em árabe shaykh) é um líder muçulmano. As formas usadas oralmente no dia-a-dia na região costeira do norte de Moçambique são *xehe* ou *chehe*.

³³ Entrevista com XX realizada dia 12/05/2017

trançadas junto ao cabelo das mulheres), unhas postiças etc., e tudo isso deve ser retirado. Além disso, haveria o risco da sujeira das roupas – *o casaco sujo, o xixi na calça*³⁴ – perturbar a purificação do corpo para o enterro. O cadáver é vestido com três capulanas brancas - chamadas de *santa, essanta* em *emakhuwa*, ou de *cafân* em árabe – e, depois de enrolado, amarrado com três fitas desse mesmo pano branco, chamadas *páfuta*, nos pés, no meio do corpo e na cabeça.³⁵

De acordo com o relato de Sania, ainda leva-se mais quatro mucumis para tapar o morto na hora que vão depositá-lo na cova, com a mesma intenção de não deixar que outras pessoas o vejam.³⁶

Depois de observado todo processo de preparação, o corpo é depositado numa maca específica chamada *djanaiza*³⁷, por onde é transportado para o cemitério. Como referiu Sania, nesse momento as capulanas (mucumi) devem ser levadas, sendo que uma delas é usada previamente para envolver o *djanaiza* por forma a assegurar a privacidade do corpo ao longo do percurso. Um recipiente com água, assim como o macuti – devidamente confeccionado para este propósito – ou pedaços de madeira, são outros elementos indispensáveis na sepultura do corpo.

³⁴ Trata-se das últimas gotas de xixi que podem contaminar a calça e as roupas interiores. Essas regras de higiene também estão relacionadas à maneira na qual os muçulmanos praticam suas orações: eles sempre devem passar por pequenos rituais de purificação – *udus* – tomarem banho ou lavarem-se antes de orar. Assim, é comum que os homens muçulmanos andem com uma garrafinha de água para lavar suas partes íntimas toda vez que urinarem, para evitarem a contaminação das últimas gotas de urina. É necessário estar purificado para entrar em contato com Deus (*Allah*).

³⁵ Davy, um amigo da Ilha, utilizou a imagem de um *rebuçado* (uma bala ou bombom enrolada no papel) para explicar como fica o morto envolto no cafân.

³⁶ A questão dos números de mucumis pode variar, assim como outras questões pertinentes às regras do enterro, tanto pela falta de possibilidades da família (que pode simplificar o processo), quanto pelas diferenças entre as duas “versões” do Islã atualmente presentes nas zonas costeiras do norte de Moçambique. Grosso modo, os *nakhasacos* são tidos como “tradicionalistas”, “conservadores” e é uma vertente mais próxima das “tradições africanas”, com chefes mais antigos, ligados às confrarias islâmicas que se estabeleceram no litoral de Moçambique, e estaria mais associada aos costumes populares (banquetes nos ritos fúnebres, capulana para cobrir as mulheres, etc.). Os *halissunna* são uma vertente chamada “moderna”, “desenvolvida” ou mais “dinâmica”, atrelada ao Conselho Islâmico, que segue uma doutrina mais universalizante, com regras colocadas de cima para baixo. Essas divergências manifestam-se também no momento das mortes e dos funerais. Essas distinções certamente apresentam mais nuances e complexidades, mas não está dentro do escopo do artigo entrar nos detalhes dessas tensões. Para mais informações ver o livro de Lorenzo Macagno (2006), *Outros Muçulmanos – Islão e narrativas coloniais*.

³⁷ Também aparece na literatura islâmica sob a forma *Janaza*. Escolhemos utilizar no texto as variantes mais usadas no dia-a-dia dos muçulmanos macuas do litoral. É uma espécie de maca, usada pelos muçulmanos para transportar os cadáveres a partir de casa ou mesquita para o cemitério. Geralmente feita em madeira ou mesmo barras e/ou tubos metálicos, com uma espécie de braços nos quatro cantos, para permitir que seja carregado com facilidade.

Depois do *Swalati de Djanai*³⁸, aos homens (adultos) cabe-lhes a responsabilidade de carregar o *djanaiza* sobre os ombros, sendo quatro homens de cada vez (um em cada canto). Na medida em que as pessoas caminham em direção ao cemitério vão se permutando até chegar à cova, previamente preparada, onde vai se fazer a sepultura. A tarefa de transportar os materiais usados nos ritos funerários (capulana, macuti e água) cabe aos homens mais novos, que tenham passado pelos ritos de iniciação. Os idosos e *xehes*, pela sua experiência, têm, geralmente, a tarefa de orientar as cerimônias.

Ainda tenho memórias vivas da minha participação nesse tipo de cerimônias enquanto criança na pacata vila costeira de Moma, onde nasci e fui criado, e que, como nos referimos anteriormente, tem muitos aspectos em comum com a Ilha de Moçambique do ponto de vista social e cultural. Esses ritos funerários constituíam para os meninos da minha idade que tinham passado pelos ritos de iniciação, obviamente, uma oportunidade de demonstração da nossa maturidade: sentíamos-nos orgulhosos pela oportunidade de fazer parte de cerimônias de tamanha importância. E isso tornava-nos diferentes de outras crianças que ainda não tinham passado pelos ritos. Até porque, quando nossos pais mandavam-nos aos ritos de iniciação, afirmavam que um dos propósitos era o de podermos participar em seus funerais, na eventualidade deles partirem para a “outra vida”.

Chegados ao cemitério, o *djanaiza* é colocado numa posição que permite uma fácil mobilidade para a cova previamente aberta. Importa referir que dentro dessa cova, abre-se uma outra sob medida do corpo por onde este será depositado. Nessa ocasião, o *xehé* (líder da cerimônia) convida algumas pessoas próximas do/a finado/a (pai, filho, irmão, amigo etc.), sempre em número ímpar (3, 5, ou 7 no máximo), a entrarem na cova grande para receberem o corpo e depositá-lo na cova pequena. Posto isto, são abertas as capulanas, cobrindo superficialmente a área da cova e parte do *djanaiza* por forma a conferir privacidade ao que acontece no momento da deposição do corpo.

Contrariamente a outras formas de proceder, nas quais o corpo é colocado dentro de um caixão, no caso retratado, depois de recebido, o corpo é colocado lateralmente na cova (pequena) e em contato direto com a terra. Nessa oca-

³⁸ Ou *Salatul Janaza*: A última oração coletiva antes da sepultura do corpo. É, de modo geral, feita em casa do/a malogrado/a num alpendre localmente conhecido por *Nipantha* (frequentemente coberto por macuti ou uma lona), na mesquita ou mesmo no cemitério (caso haja condições para tal). Os homens formam uma fila enfrente ao *djanaiza* e sob o comando de um *xehé* são recitadas *Duás* (orações) de despedida visando pedir a *Allah* (Desus) para que conceda o *Jannat* (Paraíso) à pessoa falecida.

sião, são desamarradas as três fitas (*páfutas*), e é também retirado o algodão dos ouvidos para permitir que haja uma boa comunicação entre o anjo *Jibril*³⁹ e o/a finado/a. Em seguida, ainda por baixo das capulanas, é colocado o macuti ou os pedaços de madeira, dependendo do poder aquisitivo das famílias, sendo macuti o material mais recorrente, principalmente para as famílias mais carentes, dada a facilidade ao acesso.

Depois de colocado o macuti sobre o corpo, coloca-se uma camada de terra molhada nas extremidades da cova pequena por forma a protegê-lo da camada maior de terra/areia, que será jogada na cova maior. Uma vez depositado o corpo, retira-se a capulana, assim como as pessoas que lá estavam, e, paulatinamente, todos os presentes jogam terra na cova com recurso a pás, enxadas e as próprias mãos. Por último, o xehe joga a água (que foi levada em um recipiente) por cima do túmulo e faz as últimas orações (*Duás*).

Terminada essa etapa, as pessoas regressam ao local de concentração (normalmente em casa da pessoa falecida) onde, durante três dias, os familiares e amigos que tenham disponibilidade passam a dormir, até a realização das cerimônias do terceiro dia, na qual as mulheres são levadas ao cemitério para conhecerem o túmulo onde foi sepultado o seu ente querido. Depois dessa cerimônia, algumas pessoas são dispensadas, ficando apenas os familiares mais próximos, até a realização da cerimônia do sétimo dia. Normalmente, ao longo desses dias, as mulheres dormem dentro da casa junto a viúva (*Naankhweli*, que também pode ser a mãe, irmã, filha, enfim, a mulher “mais próxima” do/a falecido/a). Os homens dormem na parte exterior da casa (*Nipantha*, quintal e varanda). Posto isto, as pessoas retomam as suas atividades cotidianas e voltam a reunir-se novamente quarenta dias depois, para a realização da cerimônia de quarenta dias (também conhecida por quaresma), na qual, para além de orações, é feito um banquete servido a todos os presentes, marcando dessa forma o fim do luto da família.

Também vale apontar para a relevância das capulanas e do macuti para as modificações que ocorrem na casa da pessoa falecida durante os dias dos ritos fúnebres. As capulanas e mucumis operam divisões no interior das casas, separando o espaço da lavagem do cadáver, o espaço das mulheres e o espaço dos homens. Elas operam como limiares (“portas”), que reforçam as divisões entre “interior” e “exterior” da casa, bem como o espaço exclusivo e íntimo para a

³⁹ De acordo com o *Qur'an* (livro sagrado do islã), *Jibril* (Gabriel) é um anjo com o qual o/a finado/a mantém o primeiro contacto.

preparação do corpo para o enterro. Essas capulanas são chamadas de *phaziras*, como a que se vê na foto abaixo. Trata-se do funeral da tia de um amigo de Sania, no qual fomos para prestar os pêsames à família – a foto foi tirada de dentro do espaço das mulheres, que fica no interior da casa, com a permissão delas.

Figura 4 – Phazira criando o espaço das mulheres em um funeral



Fonte: Foto de Helena Assunção.

A parte dos homens, exterior à casa, é como um alpendre ou varanda (chamado de *nipantha*), feito com uma construção provisória, normalmente de macuti ou lona. Nesse sentido, o macuti e a capulana têm a importante função de criar e recriar espaços provisórios específicos para os momentos rituais. Ambos são materiais que permeiam todo o processo ritual – da lavagem, enterro, luto dos familiares – e são, por isso, junto com a água, os três elementos materiais que não podem faltar em um funeral na Ilha de Moçambique.

Reflexões finais

Esperamos ter conseguido, através do esforço conjunto de discussão, reflexão e descrição do ambiente rico e complexo que constitui a Ilha de Moçambique, apresentar aos leitores e leitoras elementos para a apreensão dos modos de viver e morrer neste local, a partir do olhar sobre as materialidades que estão ali presentes. Elegemos o macuti e a capulana como elementos materiais privilegiados para tal.

No decorrer do texto, pudemos ver como a capulana e o macuti são muito mais do que apenas “vestimentas” ou “telhados” típicos, que compõem uma paisagem a ser preservada como patrimônio. Eles atuam como elementos que nos possibilitam acessar aspectos das memórias locais, da história e da arquitetura vivida ali. Tentamos trazer, juntamente com dados oficiais e informações pertinentes à Ilha de Moçambique e seus habitantes, um olhar mais pormenorizado sobre o cotidiano da cidade de macuti, destes espaços mais vividos do que observados, fotografados ou descritos. Nesse ambiente, a capulana e o macuti estão presentes a todo momento; no entanto, quisemos realçar em quais momentos eles são mais relevantes e quais os usos menos óbvios e perceptíveis dessas materialidades.

A percepção da sua importância nos ritos funerários veio justamente do cruzamento de ideias e de interesses por parte do autor e da autora, que puderam contribuir cada um com sua experiência de vida e de pesquisa (marcadamente com um recorte de gênero, acessando lugares e pessoas distintas, mas também com diferenças de formação cultural e acadêmica). Pudemos, com isso, atentar, por exemplo, para um aspecto interessante da arquitetura local, pouco explorado na literatura, que envolve os ritos fúnebres: a criação e recriação de espaços temporários – exclusivos e especiais – através da capulana e do macuti.

CAPULANAS AND MACUTI: LAYERS OF FABRICS, LEAVES AND STORIES

ABSTRACT: *This paper results from the collective effort by a Brazilian anthropologist and a Mozambican historian to analyze aspects of Ilha de Moçambique’s materiality. We will focus on two “objects”, one in architecture realm, the macuti, the other within the realm of clothing, the capulana, in order to present their social relevance and some of the multiple forms of use and meanings attached to them. After approaching and comparing them, we will look to a specific situation where both capulana and macuti are essential: the funeral rites.*

KEYWORDS: *Macuti. Capulana. Ilha de Moçambique. Materiality.*

REFERÊNCIAS

- ARNFRED, S. Tufo Dancing: Muslim women's culture in northern Mozambique. In: _____. **Sexuality and Gender Politics in Mozambique: rethinking gender in Africa**. Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011. p.265-290.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPELA, J.; MEDEIROS, E. **O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do índico, 1720-1902**. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CESO-CI. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique**. Maputo: BAD/MEC, 2009.
- HOUGAARD, J.; KRUSE, P. Cidade de macuti. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-MOÇAMBIQUE. **Ilha de Moçambique: Relatório / Report 1982-85**. Moçambique, 1985.
- LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MACAGNO, L. **Outros muçulmanos: Islão e narrativas coloniais**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MOHAMAD, A. **A Demolidora dos Prazeres**. Maputo: Conselho Islâmico de Moçambique, 1993.
- SOLLIEN, S. E. The Macuti House, Traditional Buildings Techniques and Sustainable Development in Ilha de Moçambique. In: ICOMOS GENERAL ASSEMBLY SCIENTIFIC SYMPOSIUM, 17., 2011, Paris. **Proceedings...** Paris: ICOMOS, 2012. p. 312-321. Disponível em: <http://www.re-ad.dk/ws/files/37434275/SOLLIEN_ARTICLE_PROCEEDINGS.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2018.
- SOUSA, C. Heritage: discourses and practices in Mozambique Island. In: LIRA, S. et al. (Org.). **Sharing cultures**. Barcelos: Green Lines Institute, 2009. p.267-272.

UAMBA, M. **Vigiar outros corpos e contestar suas barrigas:** um estudo sobre processos de construção do corpo feminino entre um grupo de mulheres na cidade de Maputo. 2013. 31f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Antropologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2013.

UNESCO. **Report on the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage:** World Heritage Committee: Nomination of Ilha de Moçambique for inclusion in the world heritage list 1990-91. Paris, 1999.

Recebido em 10 de outubro de 2017

Aprovado em 17 de janeiro de 2018